

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frios Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frios Filho (secretário)

Golpismo desastroso

Não há dúvida de que a proposta de fazer funcionar o plenário constituinte simultaneamente com a Comissão de Sistematização poderá provocar novas turbulências no Congresso — algumas já previsíveis, uma vez que não seria razoável crer, mesmo em outras circunstâncias, que a reunião dos parlamentares seria imune a pressões e acordos de última hora. A novidade está unicamente no fato de que a instância maior poderá anular ou reverter o trabalho da outra ainda durante seu transcurso. Ou seja, se um determinado ponto a ser votado pela Comissão articula-se — como desdobramento lógico — a um dispositivo já aprovado anteriormente, e este dispositivo é modificado pelo plenário, cria-se uma situação controvertida. De qualquer forma, deverá prevalecer sempre aquilo que o conjunto dos parlamentares reunidos decidir.

Nada disso, porém, justifica certas articulações, que partem do próprio governo, com o intuito nefasto de dissolver o Congresso constituinte, através de mecanismos que apenas servem como álibi ao mais flagrante e desastroso golpismo. Queiram ou não os insatisfeitos, os parlamentares são portadores de uma mandato popular. Foram eleitos para elaborar o texto da nova Carta. Se não estão se saindo a contento, os contrariados que tentem modificar o quadro, mas dentro do campo das opções institucionalmente previstas — jamais por intermédio de artifícios que só reforçam a crença de que as elites do país não são capazes de conduzir seus conflitos por canais democráticos.

Se o Executivo considera-se derrotado na Constituinte — e de fato o foi em muitos aspectos — que procure alterar a situação através de sua força política, recorrendo às regras admissíveis. Mas se não há força para tanto, nada se pode fazer: conforme-se o Planalto com a derrota, rumine sua própria impotência, digira sua conhecida fraqueza. Não tente, porém, fazê-lo insuflando, ao mesmo tempo, rancores golpistas e incitando irresponsáveis a organizar aventuras inconsequentes. O Congresso constituinte é soberano. Não se pode usurpar-lhe tal prerrogativa em nome de interesses de oportunidade.

Isto não significa, porém, que esta Folha endosse o modo como se têm desenvolvido os trabalhos parlamentares — e as decisões tomadas pela Comissão de Sistematização. São os próprios constituintes os principais

responsáveis pelo clima de descontentamento criado em torno do Congresso. E não se pode, ao contrário do que pretendem alguns esgrimistas da má retórica, simplesmente fazer coincidir esta insatisfação com interesses conservadores supostamente contrariados — como se o substitutivo fosse um magnífico libelo “progressista” que provocasse urticária entre renitentes “reacionários”.

Antes de ser de direita ou de esquerda, o texto que se gera é incoerente, desarticulado, desconectado dos propósitos de uma Constituição. Conseguiram os parlamentares produzir um aberrante conjunto de dispositivos que em hipótese alguma deveria fazer parte de uma Carta. Minúcias como a fixação do pagamento de horas extras ou de percentuais de trabalhadores em determinada faixa etária que as empresas devem ser obrigadas a contratar — para citar dois entre muitos exemplos ridículos — conferem ao substitutivo ares de regulamento de província, assemelham-no a um rol desconexo de regras sem equivalência entre si.

Além de atropelar os prognósticos mais pessimistas a respeito da extensão do texto, a maior parte dos constituintes dizimou as esperanças de se ter em prática, durante os trabalhos, comportamentos inspirados em padrões políticos minimamente civilizados. Entregou-se a maioria ao jogo minúsculo, sucumbiu às pressões de toda ordem, concedeu ao populismo mais regressivo — pôs-se, assim, à altura daqueles que pretendem golpear o Congresso, interrompendo o processo, para jogar o país numa perigosa instabilidade.

Aproxima-se agora o momento do plenário pronunciar-se. Dispositivos que têm sido criticados com veemência por consideráveis setores da opinião pública — como o obscuro texto sobre a estabilidade e a decisão a respeito do sistema de governo — podem ser reequacionados; modificados, substituídos. É preciso que os representantes da sociedade venham a assumir, com coragem e soberania, o papel que lhes cabe; podem ainda entregar ao país uma Constituição que estimule a modernização e o desenvolvimento democrático, uma Constituição livre de regras inconsequentes, demagógicas, minúsculas; uma Carta que não venha, enfim, a entrar para a história como mais um monstro gerado pela insensatez, pela falta de grandeza e pela miséria política do Brasil.